

Crônica Universitária

I — REFORMAS

Desde que aprovado o Estatuto da Universidade de Minas Gerais, que se ajustou às normas e aos propósitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prepara-se, igualmente, o início do processo de alteração do Regimento da Faculdade.

Reforma do ensino — Já explicamos que tal reforma visará a dinamização do ensino jurídico neste Instituto, através da regulamentação definitiva dos Institutos de Pesquisas e da adaptação dos currículos e programas aos objetivos do ensino prático. Comissão Especial, constituída dos professores Gerson de Brito Mello Boson e José Olympio de Castro Filho e do universitário Danilo Passos Coelho da Fonseca, presidente do Centro Acadêmico «Afonso Pena», organizou-se, no sentido de sugerir dados para a implantação de novo currículo, que assegure a interrelação das matérias do curso e que possibilite, igualmente, a especialização e o aperfeiçoamento.

Concurso vestibular — Ainda nesse rumo, a Faculdade julgou também necessária uma revisão nos programas do concurso vestibular, com a exclusão de matéria dispensável e a instituição de outras disciplinas, tais como História da Filosofia e Noções de Psicologia. É verdade que qualquer alteração substancial do programa não poderá ter aplicação imediata, porque a legislação específica estipula determinados prazos para a aprovação dessas reformas. Ainda assim, contudo, cuidou a Congregação, por intermédio de Comissão Especial, de revisar o programa atual, embora sem alterar o seu sentido e sem acrescentar-lhe outras exigências. Esse trabalho inicial, é como que a base de uma futura reforma integral, indispensável à adaptação do programa aos reais objetivos do concurso.

Colégio Universitário — A reforma regimental cuidará, também, da instituição do Colégio Universitário, destinado a ministrar o ensino de terceira série do ciclo colegial. Não se trata de iniciativa tendente a promover a reimplantação do antigo curso pré-jurídico, mas da instalação simples da última série do curso colegial, nos mesmos moldes em que funciona nos Colégios. A iniciativa, expressamente permitida pela

Lei n.º 4.024, de 20 dezembro de 1961 (art. 79, § 3º), visa a permitir aos futuros candidatos à matrícula na Faculdade uma prévia adaptação ao ambiente universitário, embora não possa e não deva haver, no concurso vestibular, qualquer distinção entre os candidatos que venham a cursar o Colégio Universitário e os que provenham dos estabelecimentos de ensino médio.

Reforma administrativa — Do ponto de vista administrativo, o esquema da reforma regimental prevê a criação de departamentos auxiliares de orientação da Faculdade e a representação universitária nesses órgãos colegiados de direção, estando certo que a Escola admite, segundo orientação firmada pela Egrégia Congregação, a representação plural, porém limitada a um teto fixo e condicionada sua escolha ao critério da qualificação.

II — VICE-DIRETOR

O professor Affonso Teixeira Lages, vice-diretor eleito em 18 de março de 1961 e que, por duas vezes, assumiu a direção da Casa, apresentou à Congregação, reunida em 23 de junho último, pedido de renúncia. A Congregação, lamentando o fato e considerando que a Lei de Diretrizes e Bases não prevê a existência da função de vice-diretor, mas que o Regimento da Casa estabelece que a substituição do Diretor, nos casos especiais, se faça, na ausência do Vice-Diretor, pelo catedrático mais antigo, — fixou-se no critério regimental, deliberando que o professor Mário Casasanta respondesse pelos encargos administrativos nas eventualidades de afastamento do Diretor.

O professor Mário Casasanta, Catedrático de Direito Constitucional desde 19 de dezembro de 1938, já foi Reitor da Universidade de Minas Gerais, nos períodos compreendidos entre novembro de 1930 e abril de 1931 e entre setembro de 1941 e setembro de 1944 e é uma das mais representativas figuras do magistério mineiro. Em atenção à designação da Congregação, o professor Mário Casasanta já teve oportunidade de assumir a direção da Faculdade, em julho de 1962, em virtude de ligeiro afastamento do professor Alberto Deodato Maia Barreto.

III — CORPO DOCENTE

Durante o presente ano letivo, ocorreram várias modificações no quadro docente da Faculdade, motivadas pelo afastamento ou licença de alguns catedráticos.

Os professores Oscar Dias Corrêa e Pedro Aleixo, no exercício de mandato legislativo federal, foram substituídos pelos professores Washington Peluso Albino de Souza e Eurico da Trindade, ambos docentes livres, no curso de bacharelado.

No mesmo curso, o docente livre Honório Silveira Neto continuou na substituição do titular da cátedra de Teoria Geral do Estado, professor Orlando Magalhães Carvalho, que se encontra licenciado para o exercício das altas funções de Reitor da Universidade de Minas Gerais.

Dois catedráticos de Direito Civil também se licenciaram, a fim de se entregarem à tarefa de colaboração solicitada pelo Governo do Estado de Minas Gerais: os professores Caio Mário da Silva Pereira, empossado em 1º de agosto como Advogado Geral do Estado, e Darcy Bessone de Oliveira Andrade, empossado em 30 de maio como Secretário das Finanças do Estado. Para substituí-los foram contratados os docentes livres Cândido Martins de Oliveira Júnior (1/8/62) e João Martins de Oliveira (21/8/62).

Deferido o requerimento de licença especial (férias-prêmio) formulado pelo Catedrático de Direito Romano, professor Affonso Teixeira Lages, assumiu a substituição o livre docente Antônio Augusto de Melo Cançado (1/8/62), enquanto o docente livre Adalmo de Araújo Andrade (23/8/62) foi provido na substituição do professor Amílcar Augusto de Castro, quando este catedrático de Direito Internacional Privado foi aposentado, compulsoriamente, em 20 de agosto.

Ainda no curso de bacharelado, o professor Wilson Melo da Silva continuou no exercício da cátedra vaga de Direito Civil (para a qual se submeteu a concurso, recentemente) e o docente livre Halley Alves Bessa manteve-se na orientação da cadeira de Medicina Legal, também vaga.

No curso de doutorado, em que estão lecionando, sob contrato, os professores docentes Raymundo Cândido, João Romeiro e Oswaldo Pataro Moreira, — também foi provido, pelo mesmo processo, o professor Raul Machado Horta, que se encontra regendo a cadeira de Economia e Legislação Social desde 1º de agosto, quando dela se licenciou o titular, professor Alberto Deodato Maia Barreto, para exercer, cumulativamente, a direção da Faculdade.

Aposentadoria de professor — O professor Amílcar Augusto de Castro, catedrático de Direito Internacional Privado, foi aposentado, compulsoriamente, em 20 de agosto último. Afasta-se, assim, do corpo docente da Faculdade, após 21 anos ininterruptos de magistério.

O professor Amílcar Augusto de Castro foi Juiz em Andradas, Paraisópolis, Jacutinga, Ipanema e Pitangui e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Depois que assumiu sua cadeira nesta Faculdade, foi representante da Escola no Congresso Jurídico Nacional, realizado em 1943, e integrou várias comissões examinadoras de concurso de magistério, nesta Faculdade e em outros estabelecimentos superiores brasileiros. É uma das maiores autoridades nacionais no domínio do Direito Internacional e do Processo Civil.

O catedrático aposentado de Direito Internacional Privado ingressou no magistério desta Faculdade em 2 de agosto de 1940, mediante concurso, cabendo-lhe substituir efetivamente na regência da disciplina o saudoso dr. Raul Soares. Como substituto, exerceu, também, a cátedra de Direito Judiciário Civil, de 10 de abril de 1945 até o final do ano letivo de 1946.

Nôvo catedrático — O concurso para provimento da cátedra vaga de Direito Civil, para o qual estavam inscritos dois candidatos, encerrou-se em 10 de agosto deste ano, com a indicação do então docente livre Wilson Melo da Silva para a substituição definitiva do atual Ministro Antônio Martins Vilas Boas, que se aposentou. O candidato doutor Eurico da Trindade viu-se impossibilitado, por motivo de saúde, de apresentar-se às provas.

A Comissão Julgadora, presidida pelo professor Amílcar Augusto de Castro e secretariada pelo professor Caio Mário da Silva Pereira, — ambos desta Faculdade, — foi integrada, também, pelos professores José Ferreira de Souza, Agostinho Neves de Arruda Alvim e Nicolau Nazo, o primeiro da Universidade do Brasil e, os dois outros, de São Paulo.

O professor Wilson Melo da Silva, indicado por unanimidade à nomeação para o provimento definitivo da cadeira de Direito Civil desta Faculdade, nasceu em São João-del-Rei, Minas Gerais, aos 19 de junho de 1911, fez o curso fundamental no Colégio Santo Antônio, daquela cidade, até 1933, e o curso superior nesta Faculdade, até 2 de dezembro de 1939, quando se diplomou. Integrando o corpo de servidores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde 1937, atuou no seu Departamento de Pessoal e, depois de nomeado Ajudante de Advogado, em comissão, foi Sub-Procurador, Procurador Geral e, atualmente, exerce a Consultoria Jurídica da Prefeitura. Representou a municipalidade belo-horizontina no Congresso de Consultores Jurídicos de Prefeituras, realizado em Curitiba, em 1959. Foi professor de Direito Internacional Comercial, Legislação Consultar e Direito Constitucional e Civil do Curso Superior de Administração da Escola Técnica de Comércio de Belo Horizonte, de 1941 a 1943, e ingressou no magistério desta Faculdade, mediante concurso, em 16 de maio de 1950. Assumiu a docência de Direito Civil, pela primeira vez, em 1º de março de 1951, exercendo-a até 28 de fevereiro de 1953 e tendo sido catedrático interino, por nomeação federal, a partir de 12 de março de 1952. Exerceu a mesma docência de 7 de março de 1956 a 14 de maio do mesmo ano e de 18 de março de 1958 a 28 de fevereiro de 1959. Finalmente, foi ainda convocado para o exercício em 2 de abril de 1960, mantendo-se em atividade como docente, até à época do concurso, com ligeira interrupção entre 1º e 9 de março de 1961. É também professor de Direito Civil da Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica de Minas Gerais, desde 1957. Tem

inúmeros trabalhos e pareceres publicados em «Minas Forense», «Mensário Forense», «Revista Forense», «Revista da Faculdade de Ciências Econômicas» e nesta revista. Manteve colaboração em coluna forense de órgão da imprensa belorizontina e, entre as obras que divulgou, merece menção «O dano moral e sua reparação», tese com que participou de concurso, nesta Faculdade, em 1950.

A tese com que o doutor Wilson Melo da Silva se apresentou ao concurso para a cátedra de Direito Civil e que mereceu aprovação unânime intitula-se «Responsabilidade sem culpa e socialização do risco».

Outros concursos — Encerrou-se a 1º de outubro corrente o prazo destinado às inscrições de candidatos ao concurso para a docência livre de Ciência das Finanças. Inscreveram-se dois candidatos: os bacharéis Simão Pedro Casasanta (em 12 de setembro), que é Assistente de Ensino Superior desta Faculdade e integra o magistério da Faculdade de Ciências Econômicas da U.M.G., e Celso Cordeiro Machado (em 29 de setembro), também professor daquela Escola. O candidato bacharel Simão Pedro Casasanta apresentou tese intitulada «Ação fiscal e desenvolvimento econômico» e o candidato bacharel Celso Cordeiro Machado ofereceu trabalho subordinado ao título «Princípios orçamentários tradicionais e funções do Estado Moderno».

Publicado o edital respectivo a partir da edição de 4 de outubro, do «Diário Oficial» da União, também foi aberto prazo de inscrições em concurso para provimento da cátedra de Direito Internacional Privado, do curso de bacharelado desta Faculdade. Tal prazo começou a vigorar em 15 do corrente e vai encerrar-se em 31 de maio de 1962.

Também foi aberto, recentemente, pelo mesmo processo e através de divulgação pela mesma via, prazo de inscrições de candidatos ao concurso para provimento da cadeira de Medicina Legal.

Atividades dos professôres — Os professôres Oscar Dias Corrêa, Pedro Aleixo e Celso Teixeira Brant continuaram no exercício de mandato legislativo federal, enquanto o docente-livre Bolivar de Freitas manteve-se à frente da Embaixada do Brasil no Líbano.

O professor Orlando Magalhães Carvalho continua no exercício da Reitoria da Universidade de Minas Gerais, tendo tido destacada atuação no «Forum Universitário», reunido em agosto, em Brasília, e que reafirmou os princípios da autonomia universitária. Por essa razão, os Institutos da Universidade de Minas Gerais, em particular, e a unanimidade do Egrégio Conselho Universitário da U.M.G., prestaram expressiva manifestação de solidariedade e aplauso ao Magnífico Reitor.

Os professôres Caio Mário da Silva Pereira e Darcy Bessone de Oliveira Andrade prestam colaboração ao Governo do Estado, respectivamente como Advogado Geral e Secretário das Finanças. O professor Darcy Bessone, antes de assumir os encargos de colaborador direto

do Governo Estadual, foi Presidente da Seção de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil, marcando sua passagem ali com uma série de iniciativas e com a reforma dos serviços internos da Seção.

O professor Edgar de Godói da Mata-Machado é Secretário do Trabalho do Governo do Estado e o docente-livre professor João Franzen de Lima é o titular da Secretaria do Interior.

O docente-livre professor Paulo Campos Guimarães continua na Chefia da Casa Civil do Governador do Estado, enquanto os professores Gerson de Brito Mello Boson e Raymundo Cândido foram escolhidos para a direção do Banco Mineiro de Desenvolvimento. O docente livre Antônio Augusto de Melo Cançado preside o Conselho Estadual de Educação.

O professor Alberto Deodato Maia Barreto, Diretor da Faculdade, pronunciou, em 23 de maio, conferência na Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, abordando o tema «Família e Divórcio».

Os professores José do Valle Ferreira, Caio Mário da Silva Pereira e Gerson de Britto Mello Boson compuzeram Comissão Especial, designada pelo Ministério da Educação e Cultura, para o fim de estudar e dar parecer sobre as condições de funcionamento da Faculdade de Direito de Taubaté, em São Paulo, e com o objetivo de orientar o processo de reconhecimento oficial daquele Instituto.

Uma comissão de professores desta Faculdade, de que participou também o Assistente de Ensino bacharel Alberto Deodato Maia Barreto, participou, em setembro último, em São Paulo, do 2º Congresso Internacional de Direito Processual Civil e IIIªs Jornadas Latino-Americanas de Direito Processual Civil. A representação da Faculdade, de que participou também o professor Amílcar Augusto de Castro, foi integrada dos professores José Olympio de Castro Filho e Celso Agrícola Barbi, tendo apresentado, no curso do Congresso, três comunicações, que mereceram a mais ampla repercussão: «Aperfeiçoamento e ampliação do despacho saneador no Processo Civil brasileiro» (Prof. José Olympio de Castro Filho), «Natureza do Processo de mandado de segurança» (Prof. Celso Agrícola Barbi) e «O procedimento do recurso ordinário constitucional em mandado de segurança» (Assistente Alberto Deodato Maia Barreto Filho).

Alguns professores desta Faculdade integraram comissões examinadoras de concursos de magistérios, em outras Universidades. O professor Mário Casasanta participou de bancas examinadoras em Santa Catarina (Direito Constitucional) e Guanabara (Introdução à Ciência do Direito, da Faculdade da Pontifícia Universidade Católica). O professor Caio Mário da Silva Pereira integrou a comissão que julgou o concurso para provimento de cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Pará, onde regeu, também, aulas de sua disciplina.

Ao Professor Caio Mário da Silva Pereira, Catedrático de Direito Civil, ex-Consultor Geral da República e atual Advogado Geral do Estado de Minas Gerais, coube a mais alta distinção brasileira no terreno dos estudos jurídicos: o Prêmio «Teixeira de Freitas», que lhe foi conferido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, em solenidade realizada no salão do Clube dos Advogados, no Rio de Janeiro. A sessão especial, realizada em 16 de agosto, foi presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade de Minas Gerais, professor Orlando Magalhães Carvalho, tendo sido o homenageado saudado pelo ex-Ministro Orosimbo Nonato, pelo professor José Ferreira de Souza e pelo professor Alberto Deodato Maia Barreto, Diretor desta Faculdade. Da saudação do professor Alberto Deodato e do agradecimento do professor Caio Mário da Silva Pereira damos notícia em outro local.

O Assistente de Ensino de Economia e Finanças, bacharel Simão Pedro Casasanta, atendendo a convite especial que lhe foi dirigido, encontra-se, desde setembro, em Monterrey, no México, orientando curso de Economia da Universidade de Nueno Leon.

O professor Celso Agrícola Barbi fará, brevemente, curso de Processo Civil na Universidade de Estudos de Milão, na Itália, a convite do professor Eurico Tullio Liebman.

IV — CORPO DISCENTE

Matrículas — com 978 matrículas registradas nos seus cursos regulares, a Faculdade de Direito permaneceu em terceiro lugar, entre as unidades da Universidade de Minas Gerais, no tocante ao número de alunos inscritos, registrando uma percentagem de 17% sobre o total da U.M.G. Verifica-se, pelos dados estatísticos, que somente as Escolas de Engenharia e Filosofia, nas quais existe maior número de cursos diversificados ministrados paralelamente, — se colocam em vantagem em relação a esta Faculdade, quanto ao registro de inscrições. Quando se trata, porém, de somar àquele número o total das inscrições, verifica-se, como ocorreu no presente ano letivo, que o número sobe a 1.032 inscrições. A ampliação das instalações escolares possibilitará, brevemente, substancial aumento desse registro.

Transferências — Fixando normas rígidas para determinar o estudo dos inúmeros processos de transferência escolar que anualmente lhe são distribuídos ao julgamento, a Congregação objetivou impedir que a burla dos dispositivos legais que autorizam a transferência especial de alunos-funcionários importasse em descaracterizar o processo de seleção que a Escola adota em relação aos candidatos à matrícula. Sem constituir um óbice definitivo, o concurso vestibular desta Faculdade obedece, entretanto, a um exemplar critério de correção no julgamento da capacidade intelectual dos candidatos, o que se não confunde com rigor

excessivo. O vestibular desta Faculdade representa, realmente, um concurso, em que prevalece a qualificação dos candidatos sobre seu número, e não seria admissível que o candidato aqui reprovado — e, às vezes, reprovado, simultaneamente, nas duas Faculdades da Capital, — pudesse, à custa da utilização do método da transferência facilitada pelas remoções constantes e arrançadas de serviço público, obter a matrícula que não conseguiu pela via normal da seleção, isto é, do concurso. Por isso é que, pondo absoluto rigor no exame dos pedidos de recebimento de transferências, este Instituto não pode registrar um índice alto de matrículas por essa via. No presente ano letivo, entre 49 processos dessa natureza, a Congregação deferiu 5, tendo cumprido a Faculdade a decisão superior do Conselho Universitário em relação a mais 5 e tendo acatado a decisão judicial relativamente a outros 2, pelo que se somam 12 transferências recebidas, até agora. Por outro lado, a Faculdade expediu 5 transferências para outras Escolas, depois de oficialmente informada de sua aceitação.

Doutoramento — O Revmo. Padre Nelson Tafuri defendeu, como estava previsto, tese de doutoramento nesta Faculdade. A prova se realizou no dia 5 de junho último, comparecendo aquêle bacharel perante banca especial, constituída dos examinadores da Seção de Direito Penal do curso de doutorado, professores Lydio Machado Bandeira de Mello, Raymundo Cândido e João Romeiro, e dos demais componentes da comissão julgadora, nomeada pela Egrégia Congregação, professores Alberto Deodato Maia Barreto (presidente), Gerson de Britto Mello Boson, Oswaldo Patáro Moreira e João Eunápio Borges. Essa comissão aprovou, por unanimidade, o candidato ao doutoramento, que apresentou trabalho intitulado «Suicídio e Tentativa».

Anteriormente, o Padre Nelson Tafuri concluiu o curso de bacharelado na Faculdade de Direito de Juiz de Fora, Minas Gerais, e, recentemente, recebeu o grau de doutor neste Instituto.

Doutor em Direito — O bacharel Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena, depois da necessária defesa de tese, recebeu grau de doutor em solenidade realizada a 22 de maio. Em seguida, em outubro, recebeu grau o Padre Nelson Tafuri, pelo que são, agora, 5 os novos doutores em Direito graduados por esta Faculdade, após a nova fase do curso de bacharelado.

Novos bacharéis — Em diferentes datas, após conclusão do ano letivo anterior, receberam grau os bacharéis Joaquim Baptista de Figueiredo, Antônio Matos Rodrigues, Antônio Lúcio dos Santos Cançado, Nelson Silva e Sólon Ildefonso Silva Júnior. O total de alunos graduados pela Faculdade ascende, agora, a 4.119.

Atividades do Centro Acadêmico — Sob a presidência do aluno Danilo Passos Coelho da Fonseca, o Centro Acadêmico «Afonso Pena»

cuidou de dar andamento ao amplo plano de realizações formulado pelo seu dirigente. Para êsse fim, o presidente Danilo Passos buscou a colaboração de companheiros de tôdas as agremiações políticas estudantis, tendo empreendido grande parte de seu programa de atividades.

O DEPARTAMENTO DE ESTUDOS JURÍDICOS do CAAP, orientado pelo universitário Alexandre Bogliolo, promoveu, juntamente com a União Estadual de Estudantes, a «Semana Mineira de Estudos Jurídicos», além de participar das tarefas do Departamento de Assistência Judiciária da Faculdade. Tentou a organização de um curso de deontologia e planejou a criação de um quadro de estagiários na Penitenciária Agrícola de Neves e na Casa de Correção. Promoveu a participação do corpo discente da Faculdade na «XII Semana Nacional de Estudos Jurídicos», realizada em Recife, no Estado de Pernambuco, tendo selecionado 14 teses: «Doutrina Social da Igreja», de Albertino Daniel de Melo; «Personalismo jurídico», de Helvécio de Oliveira Azevedo; «Autoria no infanticídio», de Judimar Franzot; «Auto-determinação», de Ary Margalith; «Nossa realidade sociológica», de José de Castro; «Reforma do ensino jurídico», de Laércio Campos; dois trabalhos sôbre «Capital estrangeiro», de Lúcia Rosa de Queiroz e Nilson Naves; «Reforma constitucional», de Alexandre Bogliolo; «Marxismo e cristianismo», de Sálvio de Figueiredo; «Conceito do Direito», de Antônio Augusto Mafra; «Direito de revolução», de Antônio Belucco Marra; «Partidos políticos», de Lina da Conceição Lucas, e «Direito de greve», de Sebastião Vieira Martins.

Dêsses trabalhos, os apresentados pelos estudantes Albertino Daniel de Melo e Helvécio de Oliveira Rezende obtiveram o primeiro lugar, na fase de seleção e classificação por comissão de professôres da Faculdade, com nota 10. Mas todos mereceram aprovação, inclusive com menção honrosa, no Congresso de Recife, o que constituiu nota inédita no conclave jurídico universitário.

No XI Concurso Nacional de Oratória, realizado simultâneamente com o Congresso de Estudos Jurídicos de Recife, o universitário Ary Margalith classificou-se em terceiro lugar.

No mesmo Congresso de Recife a representação da Faculdade conseguiu a fundação da Executiva Nacional de Estudantes, tendo sido eleitos para a primeira diretoria os alunos Alexandre Bogliolo, Lúcia Rosa de Queiroz e Léo Pompeu de Rezende Campos. Decidiu-se, mais, que o próximo Concurso Nacional de Oratória será realizado em Belo Horizonte, sob patrocínio da Faculdade de Direito da U.M.G.

O DEPARTAMENTO DE ORATÓRIA iniciou, sob a direção do dr. Alberto Pontes, um curso que o movimento grevista de junho e julho fez paralizar. Mas promoveu um concurso em cada série, classificando os universitários Geraldo de Assis Carvalho, no primeiro ano; José Satis,

no segundo; Roberto Lúcio Rocha Brant, no terceiro; Sálvio de Figueiredo Teixeira, no quarto, e Ary Margalith, no quinto ano. No concurso geral, realizado em 20 setembro, obteve o primeiro lugar o universitário Roberto Lúcio Rocha Brant, da terceira série, seguido do quintanista Ary Margalith, que representou a Faculdade no Concurso de Oratória de Recife e ali se classificou em terceiro lugar.

O DEPARTAMENTO DE CULTURA HUMANÍSTICA, dirigido pelo aluno Rosemiro Pereira Leal, iniciou, em setembro, um curso de Inglês, ministrado pelo Prof. Walter Sterling. Essa iniciativa, tanto quanto a da própria Faculdade, que foi anterior, — foi prejudicada pelo desinteresse do corpo discente e pelo movimento grevista de junho e julho. Realizou-se um concurso de crônicas, ao qual foram apresentados três trabalhos: «O menino e o barbeiro», de José Afrânio Moreira Duarte; «Relativo a Matheus», de Geraldo Fonseca, e «Nuvens», de Mauro Mendes de Souza. A crônica do universitário José Afrânio Moreira Duarte foi classificada em primeiro lugar e premiada, vindo, a seguir, pela ordem, os trabalhos dos alunos Geraldo Fonseca e Mauro Mendes de Souza.

Recentemente, foi aberto concurso de monografias sobre Rui Barbosa, com prêmio de 10 mil cruzeiros.

O DEPARTAMENTO DE POLÍTICA ESTUDANTIL, dirigido pelo universitário Laércio Campos, promoveu a participação dos discentes da Faculdade no Congresso da União Nacional dos Estudantes e teve ativa influência no movimento grevista de cunho nacional. Está, agora, cuidando da elaboração de projeto de reforma dos Estatutos do CAAP, através de comissão orientada pelo estudante Lindolfo Pena Pereira.

O DEPARTAMENTO DE POLÍTICA INTERNACIONAL, sob controle do universitário Murat Valadares, promoveu conferências de Adalgisa Nery («América Latina e Estados Unidos»), Nelson Melo e Souza («Nôvo esquema de comércio internacional»), José Honório Rodrigues («Nova política internacional») e San Thiago Dantas («Política externa independente»).

O DEPARTAMENTO ARTÍSTICO, dirigido pelo aluno Januário Octaviano Nascimento, promoveu a organização de um grupo teatral, que tem a orientação direta do universitário Helvécio Guimarães, e organizou, na Faculdade, uma sala de audições. Por sua iniciativa, o Coral Universitário apresentou-se em setembro, nesta Escola.

O DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob direção do estudante Meroveu Gonçalves, participou e participa da campanha de alfabetização de adultos e, por intermédio dos universitários Laércio Campos, Meroveu Gonçalves, Mauro Mendes e Sebastião Fra-

tezzi, — tomou parte no Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, Estado do Paraná.

O DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, dirigido pelo estudante Paulo Nonato Passini, promoveu conferência do professor e deputado Celso Teixeira Brant sôbre a Lei de remessa de lucros.

O DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES, dirigido pelo aluno Geraldo Nascimento, divulgou dois números do jornal estudantil «Voz Acadêmica», orientado pelo aluno Bernardo Oliveira, e lançou o Mural sôbre os problemas universitários. Publicou, ainda, o primeiro número da revista «Ensaio».

O DEPARTAMENTO DE ESPORTES, dirigido pelo universitário Sálvio de Figueiredo Teixeira, recebeu indispensável colaboração da direção da Faculdade para equipar tôdas suas representações. Promoveu torneio inter-séries e participou dos jogos FUME-DCE. Intensificou a prática interna de jogos de salão e reaparelhou-se, integralmente, graças à subvenção especial da Faculdade.

O DEPARTAMENTO SOCIAL, dirigido pelo aluno Adauto Novais e em colaboração com o DEPARTAMENTO DE INTERCAMBIO, promoveu, sob orientação dos alunos José Flávio Garcia e Maria Tereza Pinheiro, o tradicional «Baile da balança». Recebeu e recepcionou embaixadas estudantis de Goiás, Rio, Pôrto Alegre e São Paulo. Mandou representação ao conclave dos Juizes, realizado em Caxambú, dando à participação dos estudantes Januário Nascimento e Lúcio Honório de Carvalho o caráter de solidariedade do corpo discente da Faculdade ao movimento reivindicatório da magistratura mineira.

O DEPARTAMENTO DE EXCURSÕES, dirigido pelo aluno Hélio Fraga, promoveu viagens de alunos das primeira e segunda séries e visita de representação esportiva à cidade de Divinópolis.

Eleita nova direção do CAAP — Em pleito movimentado, que se realizou no dia 13 do corrente, os alunos da Faculdade elegeram a nova direção do Centro Acadêmico «Afonso Pena», que deverá assumir os encargos administrativos do órgão discente durante o ano de 1963. O partido situacionista viu sua chapa integralmente batida, pelo que se processará no CAAP, sêgundo os planos do grupo vencedor, completa reforma de estrutura, sugerida no programa prévio apresentado pelo vitorioso candidato à presidência do órgão, universitário Francisco Pereira da Rocha, que triunfou amplamente.

Foi eleita tôda a chapa oposicionista, que reuniu integrantes do grupo partidário denominado ADA e dissidências dos próprios partidos situacionistas, o FAR e a UDU. Os novos dirigentes do Centro Acadêmico «Afonso Pena», que se empossarão em março do próximo ano,

são os seguintes: Francisco Pereira da Rocha (presidente); José Carlos Pires (vice-presidente); José Miranda (secretário geral); Ideu Silveira e Silva (secretário); Benedito Lisboa (tesoureiro geral) e Antônio Franklin Moreira da Cunha (tesoureiro).

V — ORGAOS ASSISTENCIAIS

As atividades assistenciais na Faculdade, desenvolvidas pelos órgãos criados pelo Instituto e orientados, diretamente, pelo Departamento próprio do Centro Acadêmico «Afonso Pena», podem ser assim resumidas:

Assistência médica — A direção da Faculdade, por solicitação do CAAP, indicou a doutora Eunice Rangel, antiga funcionária da Casa, para atender, tôdas as manhãs, consultas dos estudantes, no departamento especializado que montou a Escola. No horário da noite, as consultas são atendidas pelo doutor Maurício Kalil, às quartas e sextas feiras. Esses serviços, agora mais ampliados, já funcionam, na Faculdade, há dois anos.

A assistência médica da Faculdade aos alunos, entretanto, não se tem limitado ao constante movimento do consultório instalado no Edifício «Prof. Vilas Boas», mas é exercida de forma integral, inclusive através de fornecimento do medicamento necessário ao tratamento preconizado e da garantia do próprio tratamento especializado, conforme as circunstâncias.

Assistência odontológica — Também os serviços da Assistência Odontologia «Prof. Pedro Paulo Penido», instalados na Faculdade, tiveram suas condições melhoradas e ampliados os horários de funcionamento. Criou-se a assistência odontológica noturna, mantidos, sem alteração, os preços anteriormente cobrados, cuja tabela prevê, apenas, a indenização do material utilizado. Os serviços profissionais do dr. Leopoldo Segismundo Kerth são subvencionados com verbas do orçamento particular da Faculdade, mantendo-se convênios com laboratórios e outros gabinetes para tratamento especializado.

Assistência financeira — A Assistência Financeira «D. Berenice Prates», já com dois anos de atividade, realizou, dentro dos limitados recursos de sua caixa, o programa de auxílios, amparo e colaboração a que se destina.

Fundação «Lincoln Prates» — O orçamento da Faculdade consignou substancial aumento nas dotações destinadas à Fundação «Lincoln Prates», com o objetivo de serem mantidos o restaurante e a cantina. O plano federal de economia reduziu, porém, tais recursos, enquanto a constante alta de custo dos gêneros aumentou, consideravelmente, e em termos alarmantes, a despesa com alimentação preparada.

A direção da Faculdade, em entendimentos com o órgão discente, cuidou de estabelecer, então, uma fórmula de contenção do «deficit», que se elevava, mensalmente, a Cr\$ 1.039.028,60. De março a setembro do corrente ano, foram servidas 87.557 refeições, ao preço médio de 36 cruzeiros. Contudo, o custo médio real dessas refeições se elevava, em setembro mesmo, a Cr\$ 151,00 — considerados, apenas, os gastos com gêneros de alimentação e excetuadas as despesas complementares de manutenção do restaurante. Daí a providência da Faculdade, no sentido de promover o aumento da arrecadação, fixando nova tabela de preços para a refeição preparada, a fim de garantir o funcionamento do restaurante e impedir a definitiva paralização do serviço. Atualmente, o aluno mensalista paga u'a média de 55 cruzeiros por refeição, aliviando-se, de alguma forma, o enorme «deficit» previsto.

VI — ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO

Departamento de Assistência Judiciária — O DAJ da Faculdade, fundado em 1958, com o objetivo de suprir a deficiência de assistência aos problemas dos que não dispõem de recursos para as despesas judiciais e, ao mesmo tempo, com a intenção de propiciar aos alunos das quarta e quinta séries de bacharelado uma fórmula de se exercitarem para a vida prática, — atende, diàriamente, a u'a média de 8 a 10 casos novos. Sua função social é altamente significativa, porque se trata de colaboração com o Estado no tocante à assistência jurídica, que este é obrigado a proporcionar aos necessitados. As solicitações mais frequentes se referem a questões de alimentos, desquite, retificação de nome, assuntos trabalhistas, indenizações, arrolamentos, despejos e «habeas-corpus», numa proporção de 2.500 casos anuais, em trabalho não remunerado.

O Departamento de Assistência Judiciária funciona sob orientação dos professores de Processo Civil e Penal e de Direito Trabalhista, com a colaboração de Assistentes de Ensino Superior, de alunos bolsistas e de alunos estagiários, todos mantidos pela Faculdade. Os serviços funcionam, diàriamente, de 12 às 17 horas e todos aqueles que não podem pagar honorários advocatícios sem prejuízo de sua subsistência e de sua família, sejam favelados, operários, funcionários, industriários, comerciários ou estudantes, — são plenamente atendidos. O D.A.J. cuida de todos os tipos de causas (cível, criminal, trabalhista, comercial, etc.) e sua tarefa tanto tem obtido ressonância que até do interior já lhe chegam solicitações, enquanto, na Capital, a própria Assistência Judiciária do Estado lhe remete inúmeras causas.

A maior parcela dos casos atendidos neste ano se resolveram judicialmente, obtendo-se sentenças absolutórias ou condenatórias, estas em número diminuto. Outros casos, ou foram resolvidos por acôrdo extra-judicial, ou, por motivos vários, não foram propostos, por não

terem fundamento jurídico ou por carecerem os interessados da documentação imprescindível.

Atualmente, sob a orientação direta do aluno José de Magalhães Barroso, prestam serviços ao Departamento de Assistência Judiciária da Faculdade os seguintes alunos estagiários: Milton Ferreira Vaz de Melo, Geraldo Fonseca, José Kallás, Floriano Assunção Batista, Zulman da Silva Galdino, José Aguinaldo Pinheiro, Januário Nascimento, Raul Carvalho, Gamaliel Quinto de Souza, Geraldo Nagib, Juarez Távora de Freitas.

A Faculdade ampliou, este ano, o número de bolsistas e estagiários do D.A.J.

Cooperativa do Livro — A Cooperativa Editôra e de Cultura Jurídica Ltda., fundada em 1958 com a colaboração de um grupo de estudantes e sob orientação direta do professor Washington Peluso Albino de Souza, tem sua diretoria renovada, anualmente, no mês de março. A atual direção da Cooperativa é exercida pelos alunos Francisco Pereira da Rocha (Diretor-presidente), Lamberto de Oliveira Santana (Diretor comercial) e Judimar Franzot (Diretor-secretário). Os outros órgãos da Cooperativa são o Conselho Administrativo (9 membros) e o Conselho Fiscal (3 membros). Completando o corpo administrativo da Cooperativa, existe uma gerência, entregue a um dos associados, tendo-a exercido, desde a fundação até março de 1962, o universitário Israel Gomes Públio e, daí para a frente, o aluno Manoel Patrício de Souza Gomes.

São sócios da Cooperativa Editôra e de Cultura Jurídica Ltda. todos os alunos da Faculdade, ex-alunos, acadêmicos da Faculdade Mineira de Direito e, em virtude de recente emenda nos Estatutos, também todos os advogados regularmente inscritos na Seção de Minas Gerais da O.A.B. Dos associados exige-se a subscrição de cinco quotas de Cr\$ 100,00 cada uma e o pagamento de uma jóia da mesma importância. Há limitação apenas quanto ao mínimo, no tocante à aquisição de quotas, cujo valor precisa ser majorado, pois desde 1958 seu preço permanece inalterado e tem sofrido os naturais desgastes inflacionários.

As vendas pela Cooperativa se processam à vista e à prazo e a entidade já financiou um crédito de mais de 2 milhões de cruzeiros aos alunos. Os preços das obras vendidas são 25% mais baixos que os dos catálogos, isto é, há um abatimento de 25% sobre os preços correntes da praça relativamente às obras jurídicas, políticas, filosóficas e literárias.

VII — INSTITUTOS DE PESQUISAS

Dados gerais — Sob a direção dos professores catedráticos, os 5 Institutos de Pesquisas em funcionamento continuaram a realizar o plano

de estudos de que demos informações, anteriormente. A alteração do quadro de bolsistas não importou em modificação nos projetos de estudos formulados, uma vez que a orientação dos trabalhos seguiu o mesmo ritmo programado e os estudos sugeridos se processaram com regularidade.

Supervisão dos Institutos — A Congregação e direção da Faculdade entregaram ao professor Amílcar Augusto de Castro, recentemente aposentado, os encargos de superintender e supervisionar os trabalhos dos Institutos de Pesquisas e dar-lhes entrosamento. Aquêlo mestre assumiu as funções e está coordenando a realização dos estudos planejados, assim como sua divulgação, através dos «Boletins» especializados, cuja publicação tem sido regular.

Bolsas de estudos — As bolsas de estudos, instituídas pela Congregação com o objetivo de que seja oferecida aos alunos a possibilidade de contribuir, mediante retribuição condizente, no campo de pesquisas e estudos dos Institutos, — foram renovadas, de acôrdo com a regulamentação própria, que estabelece a exigência do concurso anual de capacidade para a seleção dos elementos contratados. Após as provas e as entrevistas pessoais com as bancas examinadoras, credenciaram-se para a tarefa e estão em atividade, durante êste ano, os seguintes universitários dos cursos de bacharelado e doutorado, que percebem retribuição mensal para o exercício das tarefas que lhe competem:

Achiles Barbosa, Ilza Pacheco Mundim, Fernando Américo Veiga Damasceno, Albertino Daniel de Melo e Diaulas Queiroz da Costa (Direito Civil); Antônio Franklin Moreira da Cunha, Roberto Lúcio Rocha Brant e Josino Vieira Moreira (Economia); João Baptista Antunes de Carvalho e Alceu Geraldo Cavalcanti Ribeiro (Finanças); Armando de Paula e Silva Filho, Maria Helena Rocha Benfica e Helvécio Oliveira Azevedo (Constitucional); José Eugênio Cordeiro e Antônio Alvares da Silva (TGE); Maura Pereira dos Santos, Salim José Chalub e Newton Miranda de Oliveira (Comercial); Luiz Alberto da Silva (Processo Civil); Ediraldo José Marques Brandão (Processo Penal); Sebastião Vieira Martins (Direito Romano); José Aparecido de Carvalho (Direito do Trabalho); Zenith Lima Pinheiro (Direito Internacional); e Antônio Lázaro da Silva e Murat Valadares (Direito Penal).

Nesse total de 25 bolsas de estudos, 20 são as consideradas no orçamento privado da Faculdade. Outras 5 foram oferecidas pela Associação Comercial de Minas Gerais, pelo estabelecimento comercial «A Capital Mineira» (Sr. Moisés Kraiser), pelos bancos Mineiro da Produção e Nacional de Minas Gerais e pelo Sr. Geraldo Corrêa.

Trabalhos e Planejamento — Eis, em síntese, as informações sôbre as atividades dos Institutos de Pesquisas da Faculdade, durante êste ano:

a) o INSTITUTO DE PROCESSO funcionou com três seções: de Processo Civil, Processo Penal e Processo Trabalhista. A primeira delas teve e tem a supervisão dos professores José Olympio de Castro Filho e Celso Agrícola Barbi e orientação do Assistente de Ensino Superior Prof. Alberto Deodato Maia Barreto Filho, participando de seus trabalhos os alunos bolsista Achilles Barbosa e àuiz Alberto da Silva. A seção de Processo Penal, supervisionada pelo professor Lourival Vilela Viana e orientada pelo Assistente de Ensino Prof. Marcos Afonso de Souza, tem a colaboração do aluno bolsista Ediraldo José Marques Bicalho Brandão. A seção de Processo Trabalhista, supervisionada pelo professor Messias Pereira Donato, tem a colaboração do aluno bolsista José Aparecido de Carvalho.

Os seguintes aspectos principais marcaram as atividades do Instituto de Processo: 1) manteve orientação permanente junto ao Departamento de Assistência Judiciária; 2) deu colaboração, durante as aulas práticas da cadeira de Processo Civil, no exame e explicação de processos findos, obtidos com os senhores escrivães; 3) promoveu visitas dos alunos, individualmente ou em grupos, às dependências do fórum local e Tribunal de Justiça, ou às Juntas de Conciliação e Julgamento e Tribunal Regional do Trabalho; 4) realizou e orientou os júris simulados na Faculdade; 5) publicou o estudo relativo à «Organização Judiciária em Minas Gerais», no «Caderno de Pesquisas n° 5», examinando e apresentando soluções para o aperfeiçoamento da Organização Judiciária de Minas Gerais, com base, principalmente, em pesquisas de dados obtidos através de questionários enviados aos senhores Juizes e mediante reuniões realizadas; 6) concluiu, para publicação próxima, trabalhos sobre «Nulidades no Tribunal do Júri» e «História da Justiça do Trabalho em Minas Gerais»; 7) está elaborando trabalho sobre «O problema do acúmulo de serviços nos Tribunais de Justiça» e «Juizado de Instrução», tendo expedido questionários a professores brasileiros e estrangeiros, para análise posterior das soluções sugeridas; 8) enviou representantes ao 2º Congresso Internacional de Direito Processual Civil, realizado de 10 a 15 de setembro em São Paulo, tendo apresentado as comunicações mencionadas nas notas relativas às atividades dos professores; 9) realizará reuniões, debates públicos e conferências sobre os temas em estudo, ou sejam, o problema do acúmulo de serviços nos Tribunais e Juizado de Instrução.

b) o INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO também vem cumprindo o esquema de atividades que se traçou para este ano.

A seção de Direito Internacional Privado, supervisionada pelo professor Amílcar Augusto de Castro e orientada pelo Assistente de Ensino Prof. José Edgard de Amorim Pereira, continuou estudos sobre o tema «Circunstâncias de conexão», estando a aluna bolsista Zenith Lima Pinedo procedendo às pesquisas em torno do assunto, no direito brasi-

leiro, abrangendo os períodos colonial, imperial e republicano. Por outro lado, foi iniciada a pesquisa sobre outro importante tema de direito internacional privado: «A escola estatutária holandêsa». O assunto foi assim dividido, para a orientação dos estudos: 1ª parte — Exposição da doutrina da escola holandêsa — I) Circunstâncias que favoreceram o seu aparecimento: 1 — o movimento de autonomia dos Países Baixos; 2 — a escola estatutária francesa do século XVI. II) a doutrina da escola holandêsa: 1 — assimilação e reformulação do sistema de D'Argentré; 2 — a «comitas gentium» como fundamento de aplicação do direito estrangeiro. 2ª parte — Influência da escola holandêsa — I) na Inglaterra e nos Estados Unidos; II) nos demais países; III) os princípios da escola holandêsa e a moderna doutrina no direito internacional privado.

A seção de Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado, supervisionada pelo professor Mário Casasanta e orientada, diretamente, pelo Assistente de Ensino Prof. Alberto de Lima Vieira, completou a primeira fase das pesquisas sobre a Constituinte Mineira de 1891, achando-se pronto para publicação o trabalho que versa sobre as razões históricas e a justificação teórica da instituição do bicameralismo em Minas Gerais. O plano de pesquisas compreende, ainda, outros aspectos da história constitucional de Minas, como o problema da organização municipal e a atuação de Afonso Pena. Foram levadas a termo, igualmente, as pesquisas programadas sobre a função do Chefe de Estado nos regimes parlamentares, tema estabelecido pelo professor Orlando Magalhães Carvalho, catedrático de Teoria Geral do Estado. A publicação do trabalho será feita oportunamente, tendo-se em vista a necessidade de reformulá-lo, de acordo com os resultados do próximo «referendum» constitucional, a ser realizado no dia 6 de janeiro de 1963.

Na seção de Direito Administrativo, supervisionada pelo professor Onofre Mendes Júnior e orientada, ainda, pelo Assistente de Ensino Prof. Alberto de Lima Vieira, encontra-se em fase de redação final o trabalho programado para o ano de 1962, que compreende vários aspectos da concorrência para execução de obras públicas, especialmente os referentes aos limites à discricionariedade da administração pública. A seguir, será empreendida ampla pesquisa sobre a nulidade e anulabilidade dos atos administrativos.

c) no INSTITUTO DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA, a seção de Direito Penal, supervisionada pelo professor Lydio Machado Bandeira de Mello e orientada pelo Assistente de Ensino Prof. Ariosvaldo de Campos Pires, tem a colaboração dos alunos bolsistas Murat Valadares e Antônio Lázaro da Silva e realiza, presentemente, três pesquisas: 1) a primeira, e que constituirá sua próxima publicação, versa sobre o tema «Aspectos do peculato», considerando-o sob o prisma do Direito Comparado; 2) a segunda, objetiva codificar toda a matéria

contravencional esparsa nas posturas das diversas províncias do Brasil-Império e é um trabalho que tem exigido enorme esforço de pesquisa, devendo sua conclusão dar-se, provavelmente, em fins do ano vindouro; 3) a terceira, tem por objetivo o atual sistema penitenciário e de seu planejamento demos informações no número anterior; as respostas aos questionários enviados pela seção de Direito Penal aos senhores Juizes do interior de Minas já atingem a duzentas, o que possibilitará segura análise crítica do sistema vigente, assim como sugestões no sentido de torná-lo compatível com as exigências da ciência penitenciária moderna. O Instituto promoverá amplos debates sobre o assunto.

As deficiências orçamentárias, que influem no retardamento da conclusão da nova sede da Faculdade, impediram, até aqui, o início da montagem dos serviços em torno dos quais girarão das atividades da Seção de Medicina Legal. A instalação do museu e de gabinetes de identificação, antropologia, imunologia, psicologia, radiografia, fotografia, cinematografia, desenho e ceroplastia, histologia, toxicologia, tannatologia, clínica médico-forense e técnica de laboratório, — demandará ainda algum tempo, o que não impediu, entretanto, que se iniciassem, em colaboração com outros departamentos especializados, as pesquisas relativas a fatos, bibliografia e jurisprudência médico-legal e, inclusive, alguns trabalhos de perícia forense e policial. Foram levantados dados essenciais sobre o atual conceito da Medicina Legal e suas perspectivas futuras.

d) no INSTITUTO DE DIREITO PRIVADO, a seção de Direito Civil supervisionada pelo professor Darcy Bessone de Oliveira Andrade e orientada pelo Assistente de Ensino Prof. Adriano de Azevedo Andrade publicou, em janeiro, o trabalho sobre conceito de posse, divulgado no «Caderno de Pesquisas nº 4». Nesse estudo, depois de demorados trabalhos de pesquisas, procurou-se fixar um conceito atual de posse, condizente com o progresso do nosso direito civil e que permitisse sugestões para reforma do próprio Código Civil, relativas àquele instituto. Em prosseguimento à pesquisa iniciada, e no intuito de proporcionar, tanto quanto possível, um estudo completo sobre a posse, aquela seção de Direito Civil voltou sua atenção, já agora, para o angustioso problema de sua proteção. Adotando o mesmo método, não ignorou os substanciais elementos oferecidos pelo direito romano, onde se deve buscar, nas origens da posse, as razões de sua proteção. Daí por diante, é também necessária a análise das teorias tradicionais, sobretudo as de Savigny e Ihering, que até hoje disputam a primazia da verdade. Procurou-se, contudo, não se limitar ao direito, uma vez que influíram no desenvolvimento do direito as transformações sociológicas por que passa o mundo moderno. Os institutos do direito civil, entre êle a posse, devem, assim, acompanhar o processo geral das instituições jurídicas. Com esta orien-

tação, já se estabeleceu o roteiro do próximo trabalho, que irá abranger o estudo dos fundamentos da proteção possessória, em primeiro lugar no direito romano e, depois, nas teorias tradicionais e, finalmente, no nosso direito, tendo como ponto de partida o conceito de posse fixado no trabalho anteriormente divulgado.

Deve-se salientar que, além de ser tradicionalmente difícil e angustioso o problema da posse pròpriamente dita, mais árduo, ainda, é o que concerne à sua proteção, cujas raízes estão na filosofia do direito. Basta observar que, até hoje, ainda se discute se a posse é um direito ou um fato. Na primeira hipótese, sua proteção seria consequência normal, mas, na segunda, cumpre indagar por que razões o ordenamento jurídico confere proteção a um fato. Então são, dentre outras, as difíceis questões que constituirão o objeto do próximo trabalho da seção, a ser divulgado oportunamente.

A seção de Direito Civil supervisionada pelo professor José do Valle Ferreira e orientada pelo Assistente de Ensino Prof. João Baptista Villela organizou, com a colaboração dos bolsistas Albertino Daniel de Melo e Fernando Américo Veiga Damasceno, o seguinte plano de trabalho, que tem sido naturalmente obedecido: 1) continuação do levantamento de material referente à elaboração do Código Civil brasileiro; 2) continuação da coleta de dados visando à formação de subsídios para um dicionário brasileiro de instituições jurídicas; 3) conclusão de trabalho sôbre responsabilidade civil por fato de outrem no direito brasileiro precodificado e 4) outros estudos. Adiantou-se o trabalho sôbre o Código Civil, mediante pesquisas a respeito dos seguintes pontos: a) Consignação em pagamento — legislação anterior, projetos, etc.; b) Pessoa natural — estudo da questão no direito precodificado, sua evolução e elaboração nas Comissões do Govêrno, da Câmara e do Senado; legislação conexa; legislação complementar; d) Fiança — legislação anterior, projetos, etc. d) Têrmo inicial das pessoas jurídicas de direito privado — legislação anterior, projetos, etc. O trabalho sôbre o Código Civil não tem têrmo previsto, nem época definida para conclusão, dada a magnitude e dificuldade da empresa.

Estão sendo concluídos trabalhos sôbre «Responsabilidade civil no rompimento da promessa de casamento», «Contrato de adesão», «Leis do inquilinato vistas pela jurisprudência brasileira». Tais trabalhos estarão concluídos, para divulgação, na primeira quinzena de novembro próximo.

Na seção de Direito Comercial, supervisionada pelos professores Lincoln Prates, João Eunápio Borges e Ruy de Souza, têm prosseguimento, sob orientação da aluna bolsista Maura Pereira dos Santos e com a colaboração dos bolsistas Newton Miranda de Oliveira e Salim José Chalub, os estudos tendentes à atualização do instituto cambial no direito positivo brasileiro, estando sendo concluídos, atualmente, estudos sôbre a conceituação da letra de câmbio.

e) o INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS é supervisionado pelo professor Alberto Deodato Maia Barreto e orientado pelo Assistente de Ensino Prof. Simão Pedro Casasanta. Com a participação dos bolsistas João Baptista Antunes de Carvalho, Alceu Geraldo Cavalcanti Ribeiro, Antônio Franklin Moreira da Cunha, Roberto Lúcio Rocha Brant e Josino Vieira Moreira, — o Instituto de Economia e Finanças ocupará o próximo «Caderno de Pesquisas», com trabalhos sobre «A disparidade do crescimento regional», do Prof. Simão Pedro Casasanta, e «Taxa de recuperação econômica», do bolsista João Baptista Antunes de Carvalho. O mesmo número divulgará estudos sobre «Aplicação da programação linear nas finanças públicas», de autoria de Eraldo Fos-sati e Italo Cutolo, e sobre «Transmissões de imóveis em Minas Gerais». O Instituto está realizando, presentemente, estudo comparativo do orçamento de Minas Gerais com os orçamentos dos demais Estados da União, com aferição da capacidade tributária «per capita» dos habitantes de cada Estado.

VII — CALENDARIO ESCOLAR

Programação alterada — O calendário das atividades escolares e afins, que a Faculdade fixara para o ano letivo de 1962 e que o último número desta Revista divulgou, foi tremendamente prejudicado pelos movimentos grevistas universitários, deflagrados, seguidamente. Em primeiro lugar, ocorreu a greve de solidariedade a movimento reivindicatório de alunos da Faculdade de Filosofia da UMG, a partir de 3 de abril. Depois, sucedeu a greve nacional de estudantes, com ramificações também nesta Escola, que alcançou os meses de junho e julho. Em consequência, toda a atividade programada sofreu, a partir de junho, sensíveis alterações, inclusive a relativa às provas parciais.

Cursos de Férias — Os próprios cursos de férias de Direito da Eletricidade, Direito Eleitoral, Direito Rodoviário e Legislação Minerária, cuja primeira parte se realizou de 7 de janeiro a 28 de fevereiro, não puderam ter seqüência normal em julho.

Ciclo de conferências — O ciclo de conferências de professores americanos e francêses sobre temas da atualidade, programado com antecedência, não pôde concretizar-se, assim como não foram realizados os cursos que trariam a esta Faculdade os professores Federico Gil, Temístocles Cavalcanti, Aliomar Baleeiro, Cesarino Júnior e Octávio Gouvêa de Bulhões.

Conseqüências da greve — Os movimentos grevistas que eclodiram durante o ano letivo, não apenas trouxeram evidentes prejuízos à normalidade do calendário, como, principalmente, provocaram efeitos nocivos à orientação do ensino na Faculdade, porque trouxeram conse-

qüências danosas ao cumprimento dos programas curriculares, cuja aplicação se viu prejudicada em razão do longo tempo de paralização das aulas, em virtude do que se recuou a realização de sua parte prática.

IX — SEMINARIO DE ESTUDOS

Ainda assim, nem todo o tempo foi perdido. Os alunos da primeira série do curso de bacharelado, sob orientação do professor Washington Peluso Albino de Souza, promoveram um seminário de estudos da realidade nacional, completando o esquema de pesquisas pôsto em execução no ano anterior. Os principais assuntos em pauta implicaram exame dos problemas da reforma agrária e da siderurgia.

X — BIBLIOTECA

Movimento geral — O acêrvo anterior, que era de 14.472 volumes, não pôde ser ampliado como estava previsto, em virtude da redução das verbas próprias, segundo os cortes produzidos pelo plano de economia. Ainda assim, porém, foram adquiridos 619 volumes de novas obras e obtidos, por doação, 288 volumes, pelo que o acêrvo atual de obras jurídicas é, atualmente, de 15.380 volumes. A biblioteca literária está com um acêrvo de 1.365 volumes e ainda em fase de organização.

A biblioteca da Faculdade conta, presentemente, com 1.134 leitores registrados e mais 5 subdivisões, destinadas aos Institutos de Pesquisas. Realizou, até setembro, 1.115 empréstimos domiciliares de obras jurídicas e 163 de obras literárias, tendo registrado 3.197 consultas de obras jurídicas e 59 de obras literárias.

Boletim informativo — A biblioteca iniciou, neste ano, a publicação de boletim tri-mensais, com informações detalhadas sôbre seu movimento, catalogação de obras e índice de autores. Publicaram-se, até o mês de agosto, dois boletins.

XI — CLUBE DO SAMUEL

A entidade de ex-alunos da Faculdade, que recebeu o nome do mais antigo servidor da casa, destina-se a promover o conagraçamento de todos aquêles que tiveram passagem pela Faculdade. Desenvolve atividade social e cultural e, agora, se destinará, também, a prestar colaboração aos seus associados, encarregando-se de todos os serviços de forum e Tribunais que forem exigidos pelos advogados radicados no interior do Estado. O plano de atividades do Clube do Samuel inclui trabalho destinado a indicar ao exercício de funções próprias alunos e ex-alunos da Faculdade. O fichário, necessário ao funcionamento pleno do Clube do Samuel, tem sido organizado com certa dificuldade, porque devem ser localizados quase 5 mil ex-alunos.

XII — ORÇAMENTO

São êstes os principais aspectos relativos à aplicação da previsão orçamentária, no exercício de 1962:

Renda — A renda pública decorre da subvenção constante do orçamento federal. A renda particular resulta da aplicação do patrimônio privado da Faculdade, mantido sob gestão da Escola pela própria Lei 971/49, que a federalizou, porque construído antes da transformação da Faculdade em ente autárquico. A «Memória Histórica» (nº X da nova fase desta Revista) menciona a forma de construção desse patrimônio particular e o caracteriza.

Outras rendas foram obtidas através de subvenção especial do Estado, que auxiliaram a construção do denominado Edifício «Prof. Vilas Boas», erguido em parte do terreno particular da Faculdade (Quarteirão nº 33, da IV Seção Urbana da Capital), hoje um patrimônio público, cuja locação a alguns particulares (9 pavimentos e 63 salas) possibilita o rendimento necessário às despesas complementares relativas ao desenvolvimento do ensino (art. 5º da Lei 971/49), através do funcionamento dos Institutos de Pesquisas e Departamento de Assistência Judiciária, à manutenção de alunos bolsistas e estagiários (30), à cobertura do «deficit» resultante de funcionamento do restaurante de alunos e às atividades assistenciais, culturais e esportivas universitárias. Aliás, toda a renda patrimonial da Faculdade não tem outra destinação, uma vez que todo o pessoal, com exceção dos servidores suplementares que ainda não puderam ser providos nas vagas do quadro autárquico, é pago com recursos do orçamento público.

Aplicação — Os orçamentos de aplicação das rendas públicas e particulares da Faculdade, aprovados no início do exercício pela Egrégia Congregação, pelo Conselho Universitário e pelo Governo Federal, — destinavam recursos da ordem de Cr\$ 15.408.000,00 aos serviços e encargos gerais da Faculdade e no montante de Cr\$ 20.319.945,40 exclusivamente para serviços, encargos e atividades relacionadas com o corpo discente e o Centro Acadêmico «Afonso Pena». Houve, todavia, substancial corte da dotação federal, em decorrência da aplicação do plano de economia. Em consequência, também houve necessidade de utilização não apenas da renda, mas do próprio capital patrimonial da Faculdade, para cobertura dos «deficits» ocorridos, com consequências óbvias sobre os rendimentos que tais capitais produziriam.

XIII — OBRAS

Sede antiga — O antigo prédio da Faculdade, cuja construção remontava ao ano de 1900, já não oferecia condições possíveis à ampliação dos serviços da Faculdade. O projeto de edificação da «Cidade Univer-

sitária», por seu turno, demorou e demora a concretizar-se e as deficiências completas das instalações escolares aconselharam a imediata tomada de solução, no sentido da construção da nova sede do Instituto. A Faculdade resolveu, então, edificar seu novo bloco e, para tal, deliberou doar ao patrimônio federal parcela de seu próprio patrimônio particular, constituído de todo o lote do quarteirão nº 33 da IV seção urbana de Belo Horizonte, a fim de que nele se erguesse a «Casa de Afonso Pena», propiciando à própria Faculdade condições de desenvolver seus trabalhos e de ampliar o número de matrículas.

Nova sede — Iniciou-se em 1960, portanto, a construção do bloco escolar para onde vão transferir-se, próximamente, todas as instalações da Faculdade. O projeto visou à mais moderna técnica de adaptação do prédio às necessidades escolares e a obra está em pleno andamento, embora os serviços grandemente prejudicados pela carência de verbas, que o plano federal de economia provocou.

Estado da obra — Desde o início dos trabalhos, até fins de 1961, foram levados a efeito os seguintes serviços: fundações, estrutura de concreto armado e alvenaria de tijolos e telhado. Em 1962 foram iniciados os trabalhos relativos ao acabamento da obra, compreendendo revestimento de fachadas, revestimento interno com argamassa de cimento e areia e revestimento de azulejos nos sanitários e dependências. Além disso, fêz-se o assentamento de esquadrias de chapa dobrada e tiveram início os serviços de taqueamento dos pisos nas salas de aulas e do piso do «hall» de elevadores. O acabamento do imóvel depende, ainda, dos seguintes serviços: a) revestimento de argamassa e acabamento do auditório; pisos de mármore; revestimento de granito nas colunas; esquadrias de alumínio; pisos de tacos; vidros e respectiva mão de obra — tudo relativamente aos 1º e 2º pavimentos; b) acabamento do Centro Acadêmico, impermeabilização da laje e colocação de vidros, tudo no 3º pavimento; c) revestimento de mármore nos degraus da escada e paredes dos «halls» de elevadores, assentamento de vidros, assentamento de pisos e tacos — em relação ao bloco vertical. Prevê-se que em meados do próximo ano toda a obra esteja concluída, embora esteja certo que, no princípio do próximo, já estarão funcionando algumas salas de aulas e todas as dependências destinadas aos alunos e ao Centro Acadêmico.